



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato celebrado em 05.05.2020, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a empresa CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. (Processo Administrativo nº 8501448-35.2020.8.06.0000).

AD3/CT Nº 09/2020

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. - Cambéa CEP: 60822-325 - Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira, e a empresa **CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.**, representada neste ato por Sua Representante Legal, Sra. Lúcia Maria Simões Pereira, portador da carteira de identidade número [REDACTED], com endereço na Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 2850, Bairro Dionísio Torres, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 07.783.832/0001-70, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar TERMO ADITIVO com base nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na manifestação da Contratada, datada de 03.02.2021;
- b) na autorização da Secretária de Gestão de Pessoas do TJCE, constante do processo acima epigrafado;
- c) nas disposições contidas no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- d) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 23/03/2021, devidamente aprovada pela Exma. Sra. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste Termo prorrogar por 12 (doze) meses, o Contrato que tem por objeto a **contratação de serviço continuado na área de educação, incluindo fornecimento de mão de obra uniformizada, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho no Ceará, para atender às necessidades da Creche do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com início em 12.06.2021 e término em 12.06.2022, resguardado o direito à repactuação em momento oportuno.**

Cláusula Terceira – Da Ratificação

